

GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO – GHC - Concurso Público Nº 02/2018.

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA.

CARGO: CONTADOR.

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Não é permitido ao candidato realizar a prova usando óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia, desde que informe no ato da inscrição) ou portando: aparelhos eletrônicos, qualquer tipo de relógio, chaves, acessórios que cubram o rosto, a cabeça, ou parte desta.
2. Caso o candidato porte algum dos itens mencionados anteriormente, antes do início das provas deverá acomodá-lo(s) **EMBAIXO DE SUA CADEIRA**, sob sua guarda e responsabilidade, mantendo o(s) aparelho(s) eletrônico(s) desligado(s), sob pena de ser eliminado deste Concurso Público.
3. Durante todo o tempo em que permanecer no local onde estará ocorrendo o Concurso Público, o candidato deverá manter o celular desligado, sendo permitido ligá-lo somente após ultrapassar o portão de saída do prédio, sob pena de ser eliminado deste Concurso Público.
4. Confira se sua prova tem **40 questões**, cada qual **5 alternativas**, veja se o cargo para o qual se inscreveu está correto.
5. Confira seus dados no cartão-resposta (nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu) e **ASSINE** o mesmo.
6. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, com corretivo, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
7. Observe as orientações apresentadas no cartão-resposta. O mesmo não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
8. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem dele, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões, ou falha de impressão, será aceita depois de iniciada a prova.
9. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
10. A prova será realizada com duração máxima de **3 (três) horas**, incluído o tempo para leitura das instruções, realização da Prova Teórico-objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
11. O Candidato poderá se retirar do local da prova somente 1 h (uma hora) após seu início, levando seu caderno de prova.
12. Ao término da prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
13. Os **3 (três)** candidatos, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, e só poderão sair juntos após o fechamento do envelope, contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes, e assinarem no lacre do referido envelope, atestando que este foi devidamente lacrado.
14. Ao término da prova, o candidato deverá se retirar do recinto onde está ocorrendo a mesma, não lhe sendo mais permitido o uso do banheiro e bebedouro.
15. Não será permitido ao candidato fumar nas dependências onde está ocorrendo o concurso.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leia o texto seguinte para responder às próximas duas questões.

Eu sei que vou te amar. (Tom Jobim e Vinícius de Moraes)

**Eu sei que vou te amar
Por toda a minha vida eu vou te amar
Em cada despedida eu vou te amar
Desesperadamente, eu sei que vou te amar
E cada verso meu será
Pra te dizer que eu sei que vou te amar
Por toda minha vida.**

**Eu sei que vou chorar
A cada ausência tua eu vou chorar
Mas cada volta tua há de apagar
O que esta ausência tua me causou.
Eu sei que vou sofrer a eterna desventura de viver
À espera de viver ao lado teu
Por toda a minha vida.**

01. Quanto à canção, assinale a alternativa incorreta.

- a) O eu lírico tem certeza do seu amor em relação à pessoa amada.
- b) O eu lírico do poema é totalmente correspondido neste amor.
- c) Considerando o sentimento amoroso do eu lírico, a expressão “por toda a minha vida” define o caráter dramático de seus sentimentos.
- d) Na primeira estrofe do poema, o eu lírico usa várias vezes “te” e “tua” na segunda estrofe. O “te” é um pronome pessoal oblíquo e “tua”, um pronome possessivo.
- e) Na primeira estrofe da canção, no quarto verso, aparece a palavra “desesperadamente”, ela é um advérbio de modo.

02. Assim como os substantivos, os adjetivos podem ser classificados de acordo com sua estrutura e formação. Assinale a alternativa onde temos sequencialmente adjetivos simples, composto, primitivo e derivado.

- a) Eletromagnético / infeliz / verde / terreno.
- b) Escuro / luso-brasileiro / feliz / forte.
- c) Infeliz / socioeconômico / pequeno / ósseo.
- d) Brasileiro / castanho-escuro / amado / carnavalesco.
- e) Materno / onças-pintadas / triste / futebolístico.

03. Quanto ao numeral, leia os itens seguintes e assinale a alternativa correta:

I- Pio X (lê-se Pio Décimo), mas Pio XI (lê-se Pio Onze).

II- Século I (lê-se Século Primeiro), mas Século XII (lê-se Século Doze).

III- Ano II, da era cristã (lê-se ano segundo da era cristã), mas ano VIII a.C (lê-se ano oitavo antes de Cristo).

IV- Ambos é um numeral dual, porque sempre se refere a dois seres. Esse numeral não dispensa o uso do artigo, quando o substantivo seguinte o exige. Ex: Ambos os alunos passaram.

V- Devemos dizer um quinze avo, e não um quinze avos.

- a) Apenas I, II, III e IV estão corretos.
- b) Apenas II, III, IV e V estão corretos.
- c) Apenas III, IV e V estão corretos.
- d) Apenas I, II, III e V estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

04. Quanto ao uso do pronome relativo, coloque C (certo) ou E (errado) nos itens e assinale a alternativa correta:

() O pronome relativo que retoma substantivos que designam pessoas, objetos, lugares e períodos de tempo.

() O pronome relativo o qual (e flexões) tem a mesma função de que, mas é usado, em geral, para evitar ambiguidades.

() O pronome relativo quem retoma substantivos que se referem a pessoas, é antecedido por preposição.

() O pronome relativo onde retoma substantivos que se referem a lugares.

() O pronome relativo cujo (e flexões) retoma substantivos relativos a pessoas ou objetos, estabelecendo relação de posse.

- a) C – C – C – C – C.

- b) E – C – C – C – E.
- c) C – C – C – E – C.
- d) C – E – E – C – C.
- e) E – C – C – C – C.

05. Assinale a alternativa onde temos uma oração subordinada adverbial concessiva.

- a) Como não encontrou a peça correta, não pôde consertar o fogão.
- b) Falava tão alto que ficava rouca constantemente.
- c) Saiu da sala antes que a aula começasse.
- d) Embora tivesse excelente formação, não conseguiu a vaga.
- e) Caso você termine os exercícios, antecipe a lição de casa.

06. Leia as características a seguir e assinale o período literário correspondente.

Nacionalismo, revisão crítica de nosso passado histórico-cultural, valorização de temas ligados ao cotidiano, ironia, humor, piada, irreverência, versos livres, palavras em liberdade, síntese na linguagem, fragmentação, flashes cinematográficos, elemento-surpresa, livre associação de ideias, busca de uma língua brasileira, mais popular e coloquial; pontuação relativa.

- a) Barroco.
- b) Arcadismo.
- c) Modernismo.
- d) Realismo.
- e) Simbolismo.

07. Quanto ao uso do sinal de crase, assinale a alternativa incorreta.

- a) Estou disposto a caminhar até o banco.
- b) Estou atento à ela.
- c) Estou sempre atento a novas leis.
- d) Estou atento àquele regulamento.
- e) Estava à frente do palco.

POLÍTICAS PÚBLICAS.

08. De acordo com o art. 5º da Constituição Federal, que trata sobre os direitos e garantias fundamentais, julgue os itens com C (certo) ou E (errado) e assinale a alternativa correta.

() A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

() A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

() Não haverá penas de banimento e de caráter perpétuo.

() Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

- a) E – C – C – E.
- b) C – C – E – C.
- c) C – E – C – C.
- d) C – C – C – C.
- e) E – C – C – C.

09. É expresso na Constituição Federal que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Acerca disso, assinale a alternativa que não está correta.

- a) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
- b) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; - participação da comunidade.
- c) Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.
- d) A assistência à saúde não é livre à iniciativa privada.
- e) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

De acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que faz parte da legislação correspondente ao Sistema Único de Saúde, responda às próximas duas questões.

10. À direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) compete:

I - Formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.

II - Participar na formulação e na implementação das políticas: de controle das agressões ao meio ambiente; de saneamento básico; e relativas às condições e aos ambientes de trabalho.

III - Definir e coordenar os sistemas: de redes integradas de assistência de alta complexidade; de rede de laboratórios de saúde pública; de vigilância epidemiológica; e vigilância sanitária.

IV - Participar da definição de normas e mecanismos de controle, com órgão afins, de agravo sobre o meio ambiente ou dele decorrentes, que tenham repercussão na saúde humana.

V - Participar da definição de normas, critérios e padrões para o controle das condições e dos ambientes de trabalho e coordenar a política de saúde do trabalhador.

É correto:

- a) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- b) Apenas o item III está incorreto.
- c) Apenas os itens I, III e V estão corretos.
- d) Apenas o item V está incorreto.
- e) Todos os itens estão corretos.

11. “A União poderá executar ações de _____ epidemiológica e _____ em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação _____.”

Assinale a alternativa que preenche as lacunas de modo correto.

- a) combate / vigilância / viral
- b) vigilância / sanitária / nacional
- c) política / amparo / epidemiológica
- d) extinção / combate / nacional
- e) vigilância / combate / epidemiológica

12. Leia as alternativas a seguir sobre direitos dos usuários da saúde e assinale a incorreta.

- a) Toda pessoa deve ter seus valores, cultura e direitos respeitados na relação com os serviços de saúde, garantindo-lhe, dentre outros, o consentimento livre, voluntário e esclarecido, a quaisquer procedimentos diagnósticos, preventivos ou terapêuticos, salvo nos casos que acarretem risco à saúde pública, considerando que o consentimento anteriormente dado poderá ser revogado a qualquer instante, por decisão livre e esclarecida, podendo ser imputadas à pessoa sanções morais, financeiras ou legais.
- b) Toda pessoa tem direito à informação sobre os serviços de saúde e aos diversos mecanismos de participação.
- c) É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência.
- d) É direito da pessoa ter atendimento adequado, com qualidade, no tempo certo e com garantia de continuidade do tratamento, para isso deve ser assegurado, dentre outros, atendimento ágil, com tecnologia apropriada, por equipe multiprofissional capacitada e com condições adequadas de atendimento.
- e) Toda pessoa tem direito a participar dos conselhos e conferências de saúde e de exigir que os gestores cumpram os princípios anteriores.

13. Em se tratando de Financiamento da Saúde no Brasil, leia os itens a seguir:

(i) Sem prejuízo das atribuições próprias do Poder Legislativo e dos Tribunais de Contas, a verificação do cumprimento de aplicação dos percentuais mínimos em ações e serviços públicos de saúde pelos entes federativos, para fins de condicionamento das transferências constitucionais e suspensão das transferências voluntárias, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 26 da Lei Complementar nº 141/2012, será realizada por meio das informações homologadas no Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde.

(ii) O cumprimento ou o descumprimento da aplicação dos percentuais mínimos em ações e serviços públicos de saúde será informado ao Ministério da Fazenda, por meio de processamento automático das informações homologadas no SIOPS ao: serviço auxiliar de informações para transferências voluntárias, ou outro que venha a substituí-lo; agente financeiro responsável pela operacionalização das transferências constitucionais da União aos demais entes federativos, para fins de condicionamento das transferências constitucionais de que tratam o art. 158, caput, inciso II e o art. 159, caput, inciso I alíneas “a” e “b”, e inciso II da Constituição.

(iii) O Ministério da Saúde enviará ao agente financeiro responsável pela operacionalização das transferências constitucionais da União, por meio eletrônico, a relação dos entes federativos que não comprovaram a aplicação efetiva do montante que deixou de ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde em exercícios anteriores.

(iv) Em caso de verificação de descumprimento da aplicação dos percentuais mínimos em ações e serviços públicos de saúde e de não aplicação efetiva do montante que deixou de ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde em exercícios anteriores, na forma dos arts. 7º a 10, a União: condicionará o repasse de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, da Constituição, após processadas as retenções, destinações, deduções e bloqueio de seu interesse; e suspenderá as transferências voluntárias.

Qual(is) item(ns) traz(em) informação(ões) incorreta(s)?

- a) (i).
- b) (ii).
- c) (iii).
- d) (iv).
- e) (ii) e (iv).

14. Dentre as alternativas a seguir, qual não atende ao disposto na Legislação Orgânica da Saúde no Brasil?

a) A atuação das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite terá por objetivo: decidir sobre os aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, em conformidade com a definição da política consubstanciada em planos de saúde, aprovados pelos conselhos de saúde; definir diretrizes, de âmbito nacional, regional e intermunicipal, a respeito da organização das redes de ações e serviços de saúde, principalmente no tocante à sua governança institucional e à integração das ações e serviços dos entes federados; fixar diretrizes sobre as regiões de saúde, distrito sanitário, integração de territórios, referência e contrarreferência e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre os entes federados.

b) A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o inciso I do art. 198 da Constituição Federal, sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos: no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde; no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.

c) As ações desenvolvidas pela Fundação das Pioneiras Sociais e pelo Instituto Nacional do Câncer, supervisionadas pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), permanecerão como referencial de prestação de serviços, formação de recursos humanos e para transferência de tecnologia.

d) As autoridades responsáveis pela distribuição da receita efetivamente arrecadada transferirão automaticamente ao Ministério da Saúde, observado o critério do parágrafo único deste artigo, os recursos financeiros correspondentes às dotações consignadas no Orçamento da Seguridade Social, a projetos e atividades a serem executados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Na distribuição dos recursos financeiros da Seguridade Social será observada a mesma proporção da despesa prevista de cada área, no Orçamento da Seguridade Social.

e) Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo, dentre outros, a avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde.

15. À luz da Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013, que institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS), atribua V (verdadeiro) ou F (falso) aos itens e aponte a alternativa correta.

() Os hospitais que prestam ações e serviços no âmbito do SUS constituem-se como um ponto ou conjunto de pontos de atenção, cuja missão e perfil assistencial devem ser definidos conforme o perfil demográfico e epidemiológico da população e de acordo com o desenho da RAS loco-regional, vinculados a uma população de referência com base territorial definida, com acesso regulado e atendimento por demanda referenciada e/ou espontânea.

() Para efeito da Portaria nº 3.390/2013, clínica ampliada é dispositivo de atenção à saúde, centrado nas necessidades de cada usuário e no seu contexto, articulando um conjunto de práticas capazes de potencializar a capacidade de atuação dos profissionais por meio da implantação das equipes de referência, construção de vínculo e elaboração de projetos terapêuticos compartilhados com os usuários, buscando ampliar os recursos de intervenção sobre o processo saúde/doença.

() Cabe ao hospital implantar a visita aberta, de forma a garantir a ampliação do acesso dos visitantes ao pronto socorro e às unidades de internação, favorecendo a relação entre o usuário, familiares e rede social de apoio e a equipe de referência.

() Cabe aos hospitais desenvolver estratégias para monitoramento e avaliação dos compromissos e metas pactuados na contratualização e da qualidade das ações e serviços de forma sistemática e em conjunto com as instâncias gestoras do SUS, utilizando-se dos resultados para subsidiar o processo de planejamento e gestão.

- a) F – V – V – V.
- b) V – F – V – V.

- c) V – V – F – V.
- d) V – F – V – F.
- e) V – V – V – V.

INFORMÁTICA.

16. Nas alternativas, encontram-se alguns conceitos básicos de informática, exceto:

- a) Hardware são os componentes físicos do computador, ou seja, a máquina propriamente dita.
- b) Software é o conjunto de programas que permite o funcionamento e utilização da máquina.
- c) Entre os principais sistemas operacionais, pode-se destacar o Windows, Linux e o BrOffice.
- d) O primeiro software necessário para o funcionamento de um computador é o Sistema Operacional.
- e) No software livre, existe a liberdade de estudar o funcionamento do programa e de adaptá-lo as suas necessidades.

17. Dentre os componentes funcionais dos computadores, está a Placa Controladora de Vídeo. A sua função é:

- a) Gerar imagens.
- b) Apresentar imagens.
- c) Captar imagens.
- d) Trocar imagens.
- e) Amplificar imagens.

18. Dentre as alternativas, encontram-se vários motivos pelos quais podemos perder a conexão com a internet ao utilizarmos uma rede com fio (Ethernet), exceto:

- a) Modem ou Switch queimado.
- b) Placa de rede sem o driver necessário, ou seja, desconfigurada.
- c) Cabos de rede desconectados.
- d) WEP, WPA ou WPA2 não ativados.
- e) Configuração de rede inapropriada ou incorreta.

19. O Excel possui a utilização de macros. Dentre as alternativas, assinale a que corretamente explica o que vem a ser “macro”.

- a) Uma sequência de comandos utilizados em linguagem de máquina que corrigem as células.
- b) Uma programação cuja função é gerenciar os recursos do sistema Excel, fornecendo uma interface entre o computador e o usuário.
- c) Um programa do Excel que tem por objetivo ajudar o seu usuário a desempenhar uma tarefa específica, em geral ligada à editoração dos dados.
- d) Um programa que executa o cruzamento de uma linha com uma coluna e nela são inseridas as informações necessárias do seu documento.
- e) Uma sequência de comandos, que podem ser cliques, toques no teclado ou até mesmo pequenas linhas de códigos com funções mais avançadas. Essas sequências são gravadas em um módulo VBA e são executadas sempre que forem necessárias.

20. Analise os itens seguintes sobre Word e assinale a alternativa correta.

1. Para se apagar, formatar ou alterar um texto, pode-se selecioná-lo usando o botão direito do mouse. Clicando no começo ou no final do texto, arraste-o para frente ou para traz, selecionando a palavra, se quiser selecionar o texto todo basta segurar a tecla CTRL (control) + T.

2. Ao selecionar um pequeno texto, é possível mudá-lo de posição. Selecione o texto que deseja e, com o botão direito do mouse clicado, arraste para onde desejar.

3. Uma determinada operação entre duas células pode ser copiada para outras células, as quais ficam automaticamente endereçadas dentro do texto.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Somente os itens 1 e 2 estão corretos.
- c) Somente o item 2 está correto.
- d) Somente o item 1 está correto.
- e) Somente o item 3 está correto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.

21. Uma empresa apresenta um ativo total de R\$ 85.000 e uma situação patrimonial líquida de R\$ 5.000. Sabendo-se que o seu passivo circulante é de R\$ 45.000,00, podemos afirmar que o total de seu passivo não circulante é de:

- a) R\$ 35.000,00
- b) R\$ 40.000,00
- c) R\$ 30.000,00
- d) R\$ 80.000,00
- e) R\$ 50.000,00

22. De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, aprovado pela Resolução CFC nº 803/96 e suas alterações, assinale a alternativa incorreta.

- a) É dever do profissional da contabilidade exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.
- b) É dever do profissional da contabilidade comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores.
- c) O Contador, quando perito, assistente técnico, auditor ou árbitro, deverá recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida.
- d) É vedado ao contabilista anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe, sendo sempre admitida a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes.
- e) O Contador, quando perito, assistente técnico, auditor ou fiscal, deverá se atentar a interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto de perícia, mantendo absoluta dependência moral e técnica na elaboração do respectivo laudo.

23. No que tange aos fatos contábeis, assinale a alternativa correta.

- a) Venda de mercadorias com prejuízo é um fato modificativo aumentativo.
- b) Pagamento de duplicata com desconto é um fato modificativo diminutivo.
- c) Pagamento das despesas de salários representa um fato modificativo diminutivo.
- d) Recebimento de receita de vendas é um fato misto diminutivo.
- e) Venda de mercadorias com lucro é um fato misto diminutivo.

24. É uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Trata-se de:

- a) Patrimônio Líquido.
- b) Ativo.
- c) Despesa.
- d) Passivo.
- e) Receita.

25. Com base na NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, assinale a alternativa incorreta.

- a) O objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral constitui o pilar da Estrutura Conceitual. Outros aspectos da Estrutura Conceitual – como o conceito de entidade que reporta a informação, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil e suas restrições, os elementos das demonstrações contábeis, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a evidenciação – fluem logicamente desse objetivo.
- b) Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiver tomado ciência de sua existência por outras fontes.
- c) Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.
- d) Representação fidedigna não significa exatidão em todos os aspectos. Um retrato da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e foi aplicado livre de erros. Nesse sentido, um retrato da realidade econômica livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos.
- e) Verificabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a verificabilidade não está relacionada com um único item. A verificação requer, no mínimo, dois itens.

26. Conforme a Lei nº 6.404/76 e suas alterações, ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- a) I- balanço patrimonial; II- demonstração das origens e aplicações de recursos; III- demonstração do resultado do exercício; IV- demonstração dos fluxos de caixa; e V- se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.
- b) I- balanço patrimonial; II- demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III- demonstração do resultado do exercício; IV- demonstração dos fluxos de caixa; e V- se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

- c) I- balanço patrimonial; II- demonstraco dos lucros ou prejzs acumulados; III- demonstraco do resultado do exerccio; IV- demonstraco dos fluxos de caixa; e V- demonstraco das mutaes do patrimnio lquido.
- d) I- balanço patrimonial; II- demonstraco dos lucros ou prejzs acumulados; III- demonstraco do resultado do exerccio; IV- balanço financeiro; e V- se companhia fechada, demonstraco do valor adicionado.
- e) I- balanço patrimonial; II- demonstraco dos lucros ou prejzs acumulados; III- demonstraco do resultado do exerccio; IV- balanço financeiro; e V- balanço oramentrio.

27. Com relao s prerrogativas profissionais, com base na Resoluo CFC n 560/83 e suas alteraes, so atribues privativas dos profissionais da contabilidade, exceto:

- a) Classificao dos fatos para registros contbeis, exclusivamente por processo eletrnico, e respectiva validao dos registros e demonstraes.
- b) Avaliao de acervos patrimoniais e verificao de haveres e obrigaes, para quaisquer finalidades, inclusive de natureza fiscal.
- c) Avaliao dos fundos de comrcio.
- d) Apurao do valor patrimonial de participaes, quotas ou aes.
- e) Reavaliaes e medio dos efeitos das variaes do poder aquisitivo da moeda sobre o patrimnio e o resultado perdico de quaisquer entidades.

28. Com relao s formalidades da escriturao contbil, assinale a alternativa incorreta.

- a) O nvel de detalhamento da escriturao contbil deve estar alinhado s necessidades de informao de seus usurios.
- b) A escriturao contbil deve ser executada: (i) em idioma e em moeda corrente nacionais; (ii) em forma contbil; (iii) em ordem cronolgica de dia, ms e ano; (iv) com ausncia de espaos em branco, entrelinhas, borres, rasuras ou emendas; e (v) com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contbeis.
- c) O detalhamento dos registros contbeis  diretamente proporcional  complexidade das operaes da entidade e dos requisitos de informao a ela aplicveis, devendo, obrigatoriamente, observar um padro pr-definido em qualquer situao apresentada.
- d) O registro contbil deve conter o nmero de identificao do lanamento em ordem sequencial relacionado ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contbeis.
- e) A terminologia utilizada no registro contbil deve expressar a essncia econmica da transao.

29. Os livros contbeis obrigatrios, entre eles o Livro Dirio e o Livro Razo, em forma digital, devem revestir-se de formalidades extrnsecas, tais como:

- a) Serem encadernados.
- b) Terem suas folhas numeradas sequencialmente.
- c) Conterem termo de abertura e de encerramento assinados pelo titular ou representante legal da entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade.
- d) Serem registrados na Junta Comercial do Estado.
- e) Serem assinados digitalmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado; e serem autenticados no registro pblico competente.

30. O planejamento da auditoria envolve a definio de estratgia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. Um planejamento adequado  benfico para a auditoria das demonstraes contbeis. Com relao ao Planejamento da Auditoria de Demonstraes Contbeis, assinale a alternativa correta.

- a) O objetivo do administrador da entidade  planejar a auditoria de forma a realiz-la de maneira eficaz.
- b) O auditor deve documentar apenas as eventuais alteraes significativas ocorridas na estratgia global de auditoria ou no plano de auditoria durante o trabalho de auditoria.
- c) O representante legal da entidade  quem deve atualizar e alterar a estratgia global de auditoria e o plano de auditoria sempre que necessrio no curso da auditoria.
- d) O auditor deve estabelecer uma estratgia global de auditoria que defina o alcance, a poca e a direo da auditoria, para orientar o desenvolvimento do plano de auditoria.
- e) Ao definir a estratgia global, o representante legal da entidade deve apenas se atentar na determinao da natureza, da poca e da extenso dos recursos necessrios para realizar o trabalho.

31. Com relao ao processo oramentrio brasileiro, observe as seguintes afirmativas:

I - Durante a execuo do oramento, as dotaes inicialmente aprovadas na LOA podem revelar-se insuficientes para realizao dos programas de trabalho, ou pode ocorrer a necessidade de realizao de despesa no autorizada inicialmente.

II - A LOA (Lei Oramentria Anual) poder ser alterada no decorrer da sua execuo por meio de crditos adicionais, que so autorizaes de despesa no computadas ou insuficientemente dotadas na LOA.

III - Os crditos adicionais so classificados em: suplementares, especiais e extraordinrios.

IV - Os créditos extraordinários são destinados a reforço de dotação orçamentária. Essa espécie de crédito adicional terá vigência exclusiva no exercício em que for aberto.

Assinale a alternativa que julga corretamente as afirmativas acima.

- a) As afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- d) Apenas a afirmativa IV é verdadeira.
- e) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.

32. São instrumentos legais orçamentários introduzidos pela Constituição Federal de 1988:

- a) Lei de Orçamento Anual (LOA) e Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- b) Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- c) Lei de Orçamento Anual (LOA) e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- d) Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei de Orçamento de Investimentos (LOI).
- e) Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

33. Conforme a NBC T 16.6 (R1), que estabelece as demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público, podemos afirmar que:

- a) Conversibilidade é a técnica contábil que evidencia, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio de entidades do setor público e suas mutações.
- b) Verificabilidade é a qualidade do que é exigível, ou seja, característica inerente às obrigações pelo prazo de vencimento.
- c) Circulante é o conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis
- d) Método direto é o procedimento contábil para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, que evidencia as movimentações de itens de caixa e seus equivalentes, a partir das principais classes de recebimentos e pagamentos brutos.
- e) Versões simplificadas são as expressões que não possibilitam a clara identificação dos componentes patrimoniais, tais como “diversas contas” ou “contas correntes”.

34. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) representa uma das maiores conquistas da contabilidade aplicada ao setor público. Além de ser uma ferramenta para a consolidação das contas nacionais e instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade, o PCASP permitiu diversas inovações que, dentre elas, podemos citar:

- a) A segregação das informações orçamentárias e financeiras.
- b) A classificação das contas contábeis segundo a natureza das informações que evidenciam – financeira, patrimonial e de registro, de modo que os registros orçamentários influenciem os registros patrimoniais, e vice-versa.
- c) Não observância às Normas Internacionais de Contabilidade quanto ao registro dos procedimentos contábeis gerais.
- d) Dispensa dos procedimentos de mensuração como a reavaliação, a depreciação, a amortização, a exaustão e a redução ao valor recuperável (impairment), dentre outros.
- e) O registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de competência: as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) registram as transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, devendo ser reconhecidas nos períodos a que se referem, segundo seu fato gerador, sejam elas dependentes ou independentes da execução orçamentária.

35. Observe as seguintes afirmativas sobre a Dívida Ativa:

I - Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.

II - A Dívida ativa é uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no passivo.

III- A Dívida ativa se confunde com a dívida pública, uma vez que ambas representam obrigações do ente público com terceiros.

IV - O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) distingue a dívida ativa quanto à origem, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964:

- Dívida Ativa Tributária - proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas;

- Dívida Ativa Não Tributária - proveniente dos demais créditos da Fazenda Pública, decorrentes de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

Assinale a alternativa que julga corretamente as afirmativas acima.

- a) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.

- d) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- e) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.

36. Com relação às receitas e despesas públicas, observe as seguintes afirmativas:

I - Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

II - Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).

III - Despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada, enquanto que dispêndio extraorçamentário é aquele que não consta na lei orçamentária anual, compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios.

IV - Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação patrimonial líquida em: despesa orçamentária efetiva e despesa orçamentária não efetiva.

V - A despesa não efetiva normalmente se enquadra como despesa de capital. Entretanto, há despesa de capital que é efetiva como, por exemplo, as transferências de capital, que causam variação patrimonial diminutiva e, por isso, classificam-se como despesa efetiva.

Assinale a alternativa que julga corretamente as afirmativas acima.

- a) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- b) As afirmativas I, II, III, IV e V são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmativas III e V são verdadeiras.
- e) Apenas as afirmativas II, IV e V são verdadeiras.

37. Um importante avanço na área das finanças públicas foi a edição da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabeleceu para toda a Federação, direta ou indiretamente, limites de dívida consolidada, garantias, operações de crédito, restos a pagar e despesas de pessoal, dentre outros, com o intuito de propiciar o equilíbrio das finanças públicas e instituir instrumentos de transparência da gestão fiscal. Com relação aos limites das despesas com pessoal, assinale a alternativa correta.

- a) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos doze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de caixa.
- b) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: I - União: 60%; II - Estados: 50%; III - Municípios: 40%.
- c) Na verificação do atendimento dos limites, serão computadas as seguintes despesas: I - de indenização por demissão de servidores ou empregados; e II - relativas a incentivos à demissão voluntária.
- d) Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
- e) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Indenizações Correntes".

38. A Lei 10.520/2002 instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Conforme a mencionada lei, é incorreto afirmar que:

- a) Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- b) É vedada a exigência de: I - garantia de proposta; II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.
- c) Será obrigatório, nos termos de regulamentos próprios da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão, dispensando-se a utilização de recursos de tecnologia da informação.
- d) Na fase preparatória do pregão, a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

e) No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas por militares.

39. Assinale a alternativa que indica o Demonstrativo Contábil do Setor Público composto por: a) Quadro Principal; b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

- a) Balanço Patrimonial.
- b) Balanço Orçamentário.
- c) Balanço Financeiro.
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- e) Demonstração do Valor Adicionado.

40. É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no _____ do exercício anterior ao de referência, o _____ demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e _____ que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

Assinale a alternativa que, respectivamente, preenche de forma correta as lacunas apresentadas.

- a) Balanço Patrimonial / Balanço Orçamentário / extraordinários
- b) Balanço Financeiro / Balanço Orçamentário / especiais
- c) Balanço Orçamentário / Balanço Orçamentário / suplementares
- d) Balanço Patrimonial / Balanço Financeiro / especiais
- e) Balanço Financeiro / Balanço Patrimonial / extraordinários

RASCUNHO.